

PAUTA IDENTITÁRIA: DO NEOLIBERALISMO PROGRESSISTA À PERSPECTIVA CRÍTICA

IDENTITY AGENDA: FROM PROGRESSIVE NEOLIBERALISM TO THE CRITICAL PERSPECTIVE

Mariana Caldeira¹

Resumo: o objetivo do presente artigo é realizar um breve estudo das pautas identitárias e evidenciar sua apropriação pelo capitalismo em sua configuração progressista. Com enfoque na questão LGBTQIA+ buscamos demonstrar que a LGBTQIA+fobia não é um mero comportamento individual, passível de ser modificado através das pautas identitárias de representatividade ou pelo discurso meritocrático, mas um reflexo estrutural do capitalismo, que utiliza da restrição à diversidade sexual para perpetuar sua própria valorização. Por fim, enfatizamos a necessidade de uma mudança sistêmica para a real emancipação sexual.

Palavras-chave: pautas identitárias, sexualidade, capitalismo.

Abstract: the objective of this article is to carry out a brief study of identity guidelines and highlight their appropriation by capitalism in its progressive configuration. Focusing on the LGBTQIA+ issue, we seek to demonstrate that LGBTQIA+phobia is not a mere individual behavior, capable of being modified through identity guidelines of representation or meritocratic discourse, but a structural reflection of capitalism, which uses restrictions on sexual diversity to perpetuate its own appreciation. Finally, we emphasize the need for systemic change for real sexual emancipation.

Keywords: identity agendas, sexuality, capitalism.

1 INTRODUÇÃO

A expressão “política identitária” ingressou na política mundial nos anos 70 através do Coletivo Combahee River (CCR), um grupo socialista de militantes negras lésbicas estadunidenses, que ao destacar a não homogeneidade da classe trabalhadora demonstrava a existência de articulações entre os grandes sistemas de opressão. Longe de reduzirem ou pulverizar as demandas, o grupo pretendia evidenciar que havia diferenças no seio da classe trabalhadora que não eram consideradas pela esquerda da época e que isto precisava ser modificado (HAIDER, 2019, p.29).

Nesta época, os Estados Unidos da América e os países do norte global presenciaram as mudanças sociais de contracultura, que ficaram ainda mais evidentes no maio de 1968 e articulação da Nova Esquerda da década de 60, que abalaram profundamente a sociedade da época, mas encontraram um limite estratégico de repressão estatal que não conseguiram

¹ Mestranda em Filosofia do Direito na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo; especialista em Direito Penal (2023) e Processual Penal (2015), pela Escola Paulista de Magistratura e criminóloga pelo INTROCRIM/CEI (2023); graduada em Direito, pela Universidade Presbiteriana Mackenzie (2013). Membro do grupo de pesquisa “Sistema de Justiça e Estado de Exceção” pela PUC - SP e “Crítica do direito e subjetividade jurídica” da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (FD - USP). Feminista e ativista pelos direitos humanos e comunidade LGBTQIA+. Assistente jurídico no Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. Contato: ccaldeiramariana@gmail.com. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2368186621905827>.

superar. No entanto, a discussão estava colocada e mais, as contradições dentro do seio da classe trabalhadora, até então tomada como um todo monolítico, também. A história mostrou aquilo que o Combahee River evidenciou logo no começo: Dentro da classe trabalhadora há outros tipos de opressão que se atravessam e apurar o olhar em tais pautas em busca de uma melhor organização não é facultativo, mas obrigatório em qualquer discussão política.

À mesma época, o Brasil atravessava mais um período de ditadura militar, onde a exclusão e a discriminação de grupos não majoritários, ou, como preferimos nomear, subalternos, foi acentuada. Embora a violência e a repressão não sejam novas na história brasileira, a ditadura civil militar adicionou maiores contradições ao caldo tupiniquim. Envoltos num suposto “milagre econômico” onde, mais uma vez, as elites eram as únicas beneficiadas e propagando uma ideia de governo transitório para afastar anseios comunistas; a ditadura civil militar durou mais de 20 anos, só que, ao mesmo tempo que censurava pautas e intensificava a repressão, também criou uma ambiência que foi capaz de forçar não só a abertura pela articulação política, mas de catalisar a organização e resistência dentro dos grupos subalternos.

A fim de simples exemplificação, citamos o Movimento Negro Unificado (MNU) e o Grupo Somos, ambos criados em 1978, que procuravam vincular pautas específicas do movimento negro e da comunidade de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Trans, Queer, Intersexuais, Assexuais e outros grupos (LGBTQIA+²) ao período ditatorial.

A partir de tais movimentações, nota-se a necessidade de, em respeito às relações complexas e dialéticas presentes na sociedade, haja uma política autônoma própria para determinados grupos em virtude de fatores históricos. A luta de classes não se dá de forma abstrata e assim como as opressões econômicas, raciais e de gênero se materializam na vida cotidiana; é na materialidade que será construído um caminho de superação e mesmo de discussão do todo social.

No entanto, o que começou com uma crítica que visava a superação do capitalismo e a construção de uma sociedade socialista inclusiva e diversa, foi apropriado pelo sistema que o CCR queria destruir.

O capitalismo em seu formato “progressista” tomou para si as pautas identitárias, transformando-as em um simples discurso político neoliberal que reduz e individualiza as lutas anti-opressão, transformando-as em mercadorias.

Na tentativa de uma análise com esse viés, empreendemos um estudo do esvaziamento das pautas identitárias e sua apropriação pelo neoliberalismo progressista e, dando destaque a população LGBTQIA+, buscaremos evidenciar que em tal molde tais políticas até podem soar como revolucionárias, mas não passam de armadilhas discursivas

² Nos termos do Decreto nº 11.848 de 26/12/2023.

incapazes de alterar as estruturas opressoras do capitalismo. Por fim, esperamos demonstrar que as opressões criadas pelo capitalismo só serão destruídas com o fim deste modo de produção.

A metodologia adotada neste artigo consistiu na revisão crítica, no que tange a temática proposta, das obras de Friedrich Engels e Karl Marx, além de outros teóricos da tradição marxista, como Louis Althusser, Silvio de Almeida e Roswitha Scholz. Também foram utilizadas as preciosas contribuições dos filósofos Nancy Fraser e Asad Haider.

2 DA CONSTRUÇÃO DE IDENTIDADE

Longe de ser uma simples afirmação, como mero pólo positivo, de “ser algo”; a identidade, como conceito histórico atravessado por questões sociais, também toma um polo negativo como o que é diferente do outro, sendo que esta diferença é produzida pela ideologia.

E esclarecemos que tomaremos identidade como um conjunto de signos e relações sociais que dão o tom de como o indivíduo se vê e é visto pela sociedade atravessados pelas experiências pessoais compreendidas, que são, por sua vez, transpassadas, pela estrutura social em que esta experiência é vivida. A identidade aqui também não será lida como fruto da consciência individual, e sim como construto histórico concreto, feito ideologicamente pela classe dominante.

Por sua vez, a ideologia embora incapaz de exprimir a realidade das relações sociais, será responsável por fornecer um imaginário com regras de conduta que são fundamentais para o funcionamento do sistema; para Althusser

Na ideologia os homens expressam, com efeito, não as suas relações nas suas condições de existência, o que supõe, ao mesmo tempo, relação real e relação “vívida, imaginária” (...). Na ideologia, a relação real está inevitavelmente invertida na relação imaginária: relação que exprime mais uma vontade (conservadora, conformista, reformista ou revolucionária), mesmo uma esperança ou nostalgia que não descreve uma realidade (Althusser, 1967, p. 207).

No capitalismo, é a burguesia a responsável por constituir a imagem do polo positivo como forma de identidade dominante e universal; no tempo presente tal imagem seria: o homem branco, rico, heterossexual e cisgênero; assim, o que estiver fora desta imagem, é tido como minoritário e funcionará, dentro deste sistema de produção, como forma de valor clivado.

Tradicionalmente, se dá o nome de “minorias” aos que são “diferentes” da imagem dominante da sociedade e que em razão disso, são excluídos total ou parcialmente das

relações de poder (Jubilut, 2013, p. 15). A conceituação de minorias é um construto histórico-político-filosófico-social que coloca mulheres, negros, LGBTQIAP+, pessoas com deficiência, povos indígenas, quilombolas e outros grupos a um local de vulnerabilidade não por questões numéricas e sim em razão da subjugação histórica.

Reconhecendo a sua dominação histórica, tais grupos geralmente seguem duas direções na prática política; uma, de exaltação de sua minoria como novo pólo positivo e de identificação, focando na unificação dentro do movimento e a outra que, reconhecendo a inferioridade histórica, busca a integração da minoria no Estado e no campo privado visando a igualdade. Nota-se que, embora questionadoras, ambas não transcendem o nível ideologicamente feito para o que é identidade, operando ainda dentro da lógica dominante; seja exaltando o construto do negativo, ou, anivelando os pólos antes opostos.

E exatamente por operarem na lógica dominante, sem conectar a “identidade” com o sistema de produção e reprodução da vida social que sua práxis acaba circunscrita aos ditames do que a classe dominante burguesa permite, possibilitando ainda a tomada da “identidade” como uma mercadoria.

E é a apropriação pelo mercado que, a partir de agora, será por nós tratada vez que o neoliberalismo progressista se apossou das pautas minoritárias, dando a elas uma aparência de emancipação, quando, na verdade, só delas se utiliza para uma expansão do capitalismo e aprofundamento das desigualdades.

3 NEOLIBERALISMO PROGRESSISTA E A CRISE IDENTITÁRIA

O termo “neoliberalismo progressista” é utilizado pela filósofa estadunidense Nancy Fraser, a fim de mostrar uma aliança entre os setores econômicos, tecnológicos e culturais aos movimentos de minoria (negros, feministas, LGBTQIA+) a fim de dar uma roupagem mais “humana” ao capitalismo e a si mesmos, preservando e expandindo o paradigma neoliberal, com alta expropriação de direitos e concentração de renda e poder. No entanto, a inclusão vem envolta num forte discurso acerca de representatividade, diversidade e empoderamento individual.

O bloco progressista-neoliberal combinava um programa econômico expropriativo e plutocrático com uma política liberal-meritocrática de re-conhecimento. O componente distributivo deste amálgama era neoliberal. Determinado a soltar as forças do mercado da mão pesada do estado e da mina de “impostos e gastos”, as classes que controlavam este bloco queriam liberalizar e globalizar a economia capitalista. O que isso significava, na realidade, era financeirização: o dismantelamento das barreiras e proteções para a livre circulação do capital; a desregulamentação dos bancos e a bolha das dívidas predatórias; desindustrialização, enfraquecimento dos sindicatos e propagação de trabalho precário e mal remunerado. Popularmente associadas com Ronald Reagan, mas substancialmente implementadas e

consolidadas por Bill Clinton, essas políticas esvaziaram os padrões de vida da classe trabalhadora e da classe média, enquanto transferiam riqueza e valor para cima, principalmente para o grupo 1% mais rico, é claro, mas também para os extratos superiores das classes profissionais em funções gerenciais (Fraser, 2018, p. 43).

A reestruturação geopolítica trazida pela 2ª Guerra Mundial, a Guerra Fria, as sucessivas crises do capital e o começo do declínio do Estado de bem-estar social nos países do norte global, somadas com as experiências socialistas, evidenciaram a sistematização capitalista de valorizar o valor, excluindo e explorando a grande maioria da população mundial. Diante disso, movimentos contracultura passaram a se organizar nos anos 60 do século passado e a se expandirem, requerendo desde inclusão ao modo de produção, até a ruptura dele e instauração de um novo modelo.

Utilizando conceitos gramscianos a autora afirma que a classe burguesa, organizada em bloco hegemônico, incorpora um conjunto de elementos que forjaram o senso comum e dominante da sociedade. A partir da metade do século XX, os países do norte global combinaram distribuição e reconhecimento como aspectos deste bloco, sendo que a distribuição é tomada no sentido de como a sociedade colocará os bens por elas produzidos, com foco na renda, e o reconhecimento é o expressar das marcas morais de associação e de pertencimento desta sociedade, sendo que, “juntos, distribuição e reconhecimento constituem os componentes normativos essenciais com os quais as hegemônias são construídas” (Fraser, 2018, p. 45).

Assim, o bloco progressista-neoliberal, envolto no caldo de contracultura recente que questionava fortemente o capitalismo, tomou para si um “programa expropriativo e plutocrático com uma política liberal-meritocrática de reconhecimento” (Fraser, 2018, p. 46), onde a distribuição seria neoliberal, evidenciando que tudo se tornaria mercadoria e o reconhecimento, ou seja, a marca moral, se traduziria numa política “diversa”, “empoderada”, mas superficial. Não se trata de uma reorganização estrutural do capitalismo, ou mesmo uma discussão da hierarquia social, mas numa simples roupagem de adaptação, de inclusão e até mesmo de autocrítica, objetivando uma diversificação e empoderamento individual.

Fraser destaca que os movimentos de minorias, que até então eram propagados pela Nova Esquerda, foram cooptados pelo neoliberalismo e pelo Estado, pelos “Novos Democratas”, que incluiriam no *ethos* no neoliberalismo uma política progressista de reconhecimento.

E antes de avançarmos, cabe o esclarecimento de que o neoliberalismo, ou pós-fordismo, é a formação dominante da sociedade capitalista contemporânea e de tal forma é um termo que ainda está em disputa. De todo modo, no presente artigo, toma-se o neoliberalismo como o conjunto de teorias sociais que fundamentam a essencialidade do

livre-mercado, não em seus moldes clássicos, visto que apesar de serem contra a intervenção ou planejamento do Estado na economia para a concessão de direitos sociais, seus defensores pregam que o Estado seja forte e altamente interventor para garantir as condições de existência e de expansão do sistema, especialmente a propriedade privada.

A aparente contradição visa a imposição da forma-mercadoria em todos os âmbitos da vida social, edificando-se uma sociedade a partir do mercado e englobando construções que até então não lhe pertenciam. Nas palavras de David Harvey:

O neoliberalismo é em primeiro lugar uma teoria das práticas político-econômicas que propõe que o bem-estar humano pode ser melhor promovido liberando-se as liberdades e capacidades empreendedoras individuais no âmbito de uma estrutura institucional caracterizada por sólidos direitos a propriedade privada, livres mercados e livre comércio. O papel do Estado é criar e preservar uma estrutura institucional apropriada a essas práticas; o Estado tem de garantir, por exemplo, a qualidade e a integridade do dinheiro. Deve também estabelecer as estruturas e funções militares, de defesa, da polícia e legais requeridas para garantir direitos de propriedade individuais e para assegurar, se necessário pela força, o funcionamento apropriado dos mercados. Além disso, se não existirem mercados (em áreas como a terra, a água, a instrução, o cuidado de saúde, a segurança social ou a poluição ambiental), estes devem ser criados, se necessário pela ação do Estado. Mas o Estado não deve aventurar-se para além dessas tarefas. As intervenções do Estado nos mercados (uma vez criados) devem ser mantidas num nível mínimo, porque, de acordo com a teoria, o Estado possivelmente não possui informações suficientes para entender devidamente os sinais do mercado (preços) e porque poderosos grupos de interesse vão inevitavelmente distorcer e viciar as intervenções do Estado (particularmente nas democracias) em seu próprio benefício (Harvey, 2008, p. 12).

E longe de se restringir a uma causa econômica e política, o neoliberalismo também é um processo ideológico de produção de subjetividades, e em poder de corações e mentes o mercado expande suas garras a relações que até então lhe eram desconhecidas.

Em seu molde “progressista” o neoliberalismo se embalou, incorporando aspirações não econômicas de emancipação em seu reconhecimento; ou seja, se mantinha a distribuição - renda para os setores de sempre - e, recorrendo a forças progressistas, incorporou em seu reconhecimento, uma política progressista, com ideais de “diversidade” e “empoderamento”.

Os ideais ainda eram completamente compatíveis com os do sistema neoliberal e mais, não questionavam as estruturas que forjaram a sociedade. Com foco em políticas “representativas”, ou seja, que trazem inserção de indivíduos pertencentes a minorias em cargos de comando públicos e privados como demonstração de inclusão, e na meritocracia, onde os melhores alcançaram destaque; fica claro que o programa não visava abolir hierarquias ou mesmo questioná-las. A incorporação de ferramentas seduziu grande parte

das correntes dos movimentos sociais contra hegemônicos que passaram a lutar não pela ruptura do sistema, mas pela incorporação dos seus àquele sistema injusto.

Importante salientar que hoje - mais de 40 anos depois - conseguimos visualizar que na verdade houve a construção de uma armadilha para os movimentos sociais porque além deles só conseguirem atuar neste sistema de forma individual, sua atuação acaba por ser deveras limitada e meramente simbólica, pois o poder é reproduzido pelo sujeito e não produzido.

Como se manteve a distribuição de renda nos moldes capitalistas e ante a ausência de um movimento capaz de questionar a acumulação, houve o fortalecimento da propriedade privada e de suas formas de garantias; deste modo o gasto público precisava ser reduzido, em setores estratégicos, para que o mercado pudesse se expandir e se consolidar. Neste ponto, nota-se que a população que ingressava no “reconhecimento” foi a mesma que foi alvo das reduções de gastos públicos especialmente em habitação, saúde e alimentação; setores estes que são primordiais para a expansão do capital. Um bom exemplo, a título de mera elucidação, é a habitação. Apesar de a moradia ser um item essencial na vida humana do século XXI, é preciso pagar para que ela seja garantida, quando o Estado encolhe, setores que poderiam fornecer habitação gratuitamente ou a baixo custo para a população, são retirados e apropriados pelo mercado privado. Sem dinheiro, a população não mora. Tendo em vista que no Brasil a maioria das famílias é chefiada por mulheres, quando há uma supressão de políticas para moradia gratuita e popular, são elas, as mulheres, as mais atingidas³.

São as populações historicamente vulneráveis; que, quando atravessadas pelas políticas neoliberais são tolhidas de direitos básicos, mas é através do discurso meritocrático que surge como novo “reconhecimento” que elas são colocadas em um espaço de total abandono e a própria sorte, pois após serem de tudo desapropriadas, são as exclusivas responsáveis por seu fracasso e miséria.

Esta reconfiguração do neoliberalismo resultou não só no declínio da qualidade de vida da classe trabalhadora, mas também na individualização de problemas estruturais que não possuem espaço de superação.

Apesar de possuir uma aparência de multiculturalismo e até de empoderamento, a política neoliberal identitária meritocrática de reconhecimento retirou o foco do antagonismo de classe e inseriu um antagonismo de identidade, individual e cultural, que pode ser facilmente vendido e comprado, em perfeita consonância com o capitalismo.

Nas primeiras linhas de “O capital”, Marx afirma: “A riqueza das sociedades onde reina o modo de produção capitalista aparece como uma ‘enorme coleção de mercadorias’” (Marx, 2013, p. 113) e dando o tom da análise que será desenvolvida, o filósofo evidencia, ao

³ Boletim especial do DIEESE de 2023, mostrou que mulheres chefiam 50,8% dos lares brasileiros. Disponível em: <https://assets.cut.org.br/system/uploads/ck/BOLETIM%20MULHERES%202023%20%281%29.pdf>. Acesso em: 16 jun. 2024.

utilizar a palavra “aparece”, que há um enigma por trás da produção capitalista: alguma coisa acontece por trás de sua superficialidade.

No capitalismo, tudo se torna mercadoria; desde necessidades do corpo até do espírito, sendo ela o fruto do trabalho humano abstrato e caracterizada por seu caráter duplo: valor de uso e valor de troca, onde o primeiro se restringe ao aspecto físico e quantitativo do produto e o último como expressão do tempo socialmente necessário para a produção das mercadorias. A troca de mercadorias distintas se dá pela capacidade de abstração de todas as coisas na forma-mercadoria, que possibilita a equivalência de produtos materialmente diferentes.

Dentro da mesma obra, Marx desenvolve o conceito de fetichismo que é o fenômeno das relações sociais se amoldam na forma-mercadoria, como se fossem as mercadorias as responsáveis por estabelecerem relações entre si, e não as pessoas. Neste sentido, as relações das mercadorias se colocam em primeiro lugar, numa mistificação que traz inclusive características humanas para produtos, em detrimento das relações humanas e do trabalho contido na mercadoria.

A desvinculação também com o processo de produção: *quem produz, como produz, para quem o produto é produzido*; resulta em que todas as relações sociais de trabalho necessárias para a existência das mercadorias desaparecem quando elas são levadas para serem trocadas no mercado. O fetichismo se apresenta como uma redução das relações sociais a uma relação de consumo e para que isto se faça a alienação é primordial.

O homem enfeitado se torna escravo das mercadorias e de seus valores simbólicos. Viver num mundo regido pela mercadoria, esvazia o homem de relevância em si tornando o ato de consumo o primordial para o processo de significância humana, sendo que somente quando se tem o objeto, lhe é dada a possibilidade de se assumir como sujeito histórico dentro do capitalismo.

Se comprar é o ato que une a sociedade e a molda dentro de um sistema excludente, comprar um objeto que aparentemente incluía simbologias de minorias históricas, acaba também por ser visto como um ato antissistema e até revolucionário; quando o que na verdade acontece é um aprofundamento da opressão, porque se o valor vem do trabalho humano atuando sobre a natureza, todo o valor existente nas relações de produção mercadoria é ocultado quando ela é trocada pela forma preço.

Movidos pelo desejo de pertencimento a uma sociedade que por muito tempo negou sua existência, a comunidade LGBTQIAP+ é tão assombrada pelo caráter fantasmagórico da mercadoria que o fenômeno do *pink-money* merece algum destaque.

4 O PINK-MONEY A COLONIZAÇÃO DA COMUNIDADE LGBTQIA+

Entende-se por *pinkwashing* (ou lavagem rosa), a apropriação que grandes marcas, e até mesmo Estados, fazem em torno do movimento LGBTQIA+ para promoverem suas

marcas, ou territórios, como igualitários e *gay-friendly*, mascarando práticas que vão contra o movimento, com vistas ao consumo e a imagem inclusiva. O *pink-money*, por sua vez, será aqui tomado como a capacidade econômica desta comunidade, que também é utilizado pelas mesmas entidades.

Os termos são conectados para explicitar o oportunismo e mesmo o esvaziamento da pauta LGBTQIA+ ao nicho mercadológico ou por sua representação na indústria cultural. Como o neoliberalismo trouxe potencial de mercado inclusive para as subjetividades, tornando comprável a identidade de uma pessoa e de sua personalidade, o “orgulho gay” se tornou uma simples camiseta com caráter de empoderamento.

A comunidade LGBTQIA+ revelou nas últimas décadas sua grande capacidade econômica e a representação dessa identidade passou a ser interessante para a burguesia a fim de aumentar seus ganhos. No entanto a inclusão se mostra meramente simbólica, pois ao mesmo tempo em que os setores promovem campanhas e produtos *gay friendly*, a posição permanece limitada pela ideologia burguesa dominante e pelas próprias regras do capitalismo atual, como por exemplo dentro das campanhas de publicidade destes produtos fica evidente o foco em homens gays cisgêneros, com poder aquisitivo; vem que, em regra, são estes os possuidores do capital social, econômico e cultural.

Tal constatação evidencia que o capitalismo, dentro de sua operabilidade, pode até permitir um adentramento de certas minorias, visando sua expansão, mas o ingresso será feito dentro dos graus de subalternidade históricos e de forma meramente individual.

Dentro do embate coletivo, reduzir a LGBTQIA+fobia a ignorância e caprichos conservadores também não evidencia a raiz desta opressão e sua essencialidade ao sistema.

A opressão contra a população LGBTQIA+ não é um fenômeno trans histórico, assim como não o é a ideia de gênero e de seus papéis; mas, com a ascensão da burguesia como classe dominante e a consolidação do capitalismo gera-se a necessidade do binarismo de gênero e do núcleo familiar monogâmico patriarcal como espaço para a vivência da sexualidade.

Assim como outras formas de opressão, como o machismo e o racismo; a homofobia é sistêmica e depende do poder político na sua perpetuação. Silvio de Almeida em seu livro, “*Racismo estrutural*”, demonstra que o racismo se dá em duas dimensões; a institucional, com o Estado no centro das relações trazendo estruturação jurídica e extrajurídica criando o meio necessário para que a violência e a raça sejam incorporadas às práticas cotidianas e, a ideológica.

Embora o direito tenha importância sempre destacada no campo da opressão ao indivíduo, especialmente através do seu braço punitivo; a ideologia, atuante por meio dos aparelhos ideológicos de Estado, é a responsável por moldar o inconsciente do sujeito através de práticas repetidas socialmente, tornando rotinas normais ou marginais.

Longe de ser uma hostilidade meramente figurativa ou individual, a LGBTQIA+fobia dá o tom da exploração capitalista e da repressão aos corpos e desejos e necessita de um sistema ideológico que dê conta de explicar racionalmente a sexualidade tida como adequada e mais, que justifique a perseguição e o trato diferenciado para quem se recusa a operar na lógica dominante.

A base material desta perseguição se dá em razão da importância que a família heterossexual sempre desempenhou no capitalismo que é a de produzir a mercadoria mais importante do sistema: força de trabalho.

5 DA IMPORTÂNCIA DA FAMÍLIA HETEROSSEXUAL NA REPRODUÇÃO CAPITALISTA

Aqui cabe iniciarmos com um pequeno esclarecimento a fim de mostrar que do mesmo modo que a opressão contra identidades sexuais não hegemônicas não é um constante na história, também não é a segmentação específica da comunidade LGBTQIA+ como população.

O sistema capitalista cria condições materiais específicas que tornam possível que homens e mulheres levem uma vida sexual autônoma, mas, ao mesmo tempo, necessita da norma heterossexual para perpetuação do sistema, especialmente dada a centralidade da família nuclear como um de seus sustentáculos.

A riqueza vinda do modo de produção capitalista vem da exploração do proletariado, que produz valor, e da apropriação deste valor por parte dos detentores dos meios de produção, os burgueses.

No entanto, para que os trabalhadores vendem suas forças de trabalho todos os dias ao capitalista é necessário que haja uma atividade anterior a esta, que permita que ele renove a sua própria exploração. É preciso que alguém providencie o alimento, o vestuário e até mesmo as condições mínimas de higiene; que faça com que o trabalhador retorne no dia seguinte para o trabalho. E mais, é preciso que a força de trabalho seja renovada constantemente, afinal, pessoas morrem, envelhecem. Ou seja, para que o trabalhador possa ser colocado como produtor é necessário um trabalho reprodutivo que viabilize a continuidade do sistema, que é feminino.

A função biológica de reprodução do corpo feminino, por óbvio, não é inerente ao capitalismo, mas é com ele que esta função adquire especial importância, visto que através da reprodução de corpos é possível a perpetuidade da venda de força de trabalho por parte do proletariado. E mais, embora a atividade doméstica seja há muito tida como feminina, também foi no capitalismo que a força de trabalho da mulher foi apropriada dentro e fora do ambiente doméstico.

A subordinação das mulheres e a família como unidade da reprodução econômica não são dadas ao acaso, a produção capitalista necessita de tais elementos e a junção deles para sua perpetuação.

Roswitha Scholz brilhantemente elucida que dentro do capitalismo não há neutralidade sexual, uma vez que a separação entre ambiente doméstico e público, conduz mulheres à esfera privada, onde lhe é demandado o papel secundário de ser um suporte ao trabalho abstrato que é gerador de valor e masculino.

O “valor é o homem”, não o homem como ser biológico, mas o homem como depositário histórico da objetivação valorativa. Foram quase exclusivamente os homens que se comportaram como autores e executores da socialização pelo valor. Eles puseram em movimento, embora sem o saber, mecanismos fetichistas que começaram a levar vida própria, cada vez mais independente, por trás de suas costas (e obviamente por trás das costas das mulheres). Como nesse processo a mulher foi posta como o antípoda objetivo do “trabalhador” abstrato - antípoda obrigado a lhe dar sustentação feminina, em posição oculta ou inferior -, a constituição valorativa do fetiche já é sexualmente assimétrica em sua própria base e assim permanecerá até cair por terra (Scholz, 1992).

Essa estrutura básica da relação de valor tem correspondência com a formação de uma esfera privada e outra pública. A esfera privada, conseqüentemente, é ocupada pelo tipo ideal “feminino” (família, sexualidade etc.), ao passo que a esfera pública (“trabalho” abstrato, Estado, política, ciência, arte etc.) é “masculina”. De forma ideal, a mulher seria assim o “recosto” social para o homem, que age na esfera pública (Scholz, 1992).

A desvalorização e restrição da mulher ao campo doméstico também gera a depreciação do valor de sua força de trabalho quando ela sai parcialmente do âmbito exclusivamente familiar; parcialmente porque a atuação doméstica não lhe é retirada e sim, acumulada.

No livro “A origem da família, da propriedade privada e do Estado”, Engels investiga o desenvolvimento daquilo que será a família burguesa, conectando-a com a propriedade privada. Em seu estudo, ele demonstra que através das mudanças com o trato da natureza e o trabalho, há mais de 10 mil anos, houve a possibilidade do homem não necessitar trabalhar todo o tempo e mais, de sair de um modelo cooperativo e de partilha dos resultados, para um modelo que possibilitaria a exploração do homem pelo próprio homem.

O descobrimento e a utilização da agricultura e da pecuária representaram um salto ontológico na história humana, viabilizando um aprimoramento no trato com a natureza e com os frutos dela, tornando possível a produção e o trabalho excedentes. Com a nova estruturação econômica, era necessária a criação de uma nova estrutura familiar compatível, dando maior destaque ao papel do homem na sociedade, que em regra era quem atuava em tais atividades, e finando a sucessão através do núcleo materno, permitiu que as gerações

daquele homem recebessem os frutos de seu trabalho e atuação; "o trabalho doméstico da mulher perdeu importância diante do trabalho de subsistência do homem; este passou a ser tudo, aquele um complemento insignificante" (Engels, 2019, p. 150).

As necessidades materiais da nova sociedade colocam a heterossexualidade como núcleo familiar e a propriedade privada como sagrada. Também surge a necessidade da retenção sexual dos corpos femininos a fim de controlar a raiz dos descendentes do homem com que ela se relaciona, para que as gerações futuras dele usufruem da riqueza que antes lhe pertencia, impondo a monogamia (feminina). De tal maneira, são as necessidades históricas e econômicas que vão estruturando o que se tornará a família heterossexual burguesa.

Originalmente a palavra *familia* não significava o ideal do filisteu de nossa época, composto de sentimentalismo e discórdia doméstica; entre os romanos, nem mesmo se fazia referência ao casal e a seus filhos e filhas, mas unicamente aos escravos. *Famulus* designa o escravo doméstico e *familia* é o conjunto de escravos que pertencem a um homem. Ainda na época de Gaio, a *familia, id est patrimonium* (família, isto é, a herança), era legada por testamento. A expressão foi inventada pelos romanos para designar um novo organismo social, cujo chefe submetia mulher, filhos e filhas e certo número de escravos ao seu poder paterno romano, com direito de vida e morte sobre todos eles. "Portanto, a palavra não é mais antiga que o sistema familiar encorajado das tribos latinas que despontou após a introdução da atividade rural e da escravidão legal e após a separação entre os ítalo-arianos e os gregos." **Marx acrescenta: "A família moderna contém em seu cerne não só a escravidão (*servitus*) mas também a servidão feudal, já que desde o início tem relação com os serviços agrícolas. Ela contém *em miniatura* todos os antagonismos que mais tarde se desenvolveriam na sociedade e em seu Estado" (Engels, 2019, p. 61 – *itálicos no original*).

Retiradas da vida pública e restritas ao ambiente doméstico, as mulheres têm seu papel social conscrito a subalternidade que lhes cabe, tornando-se dependentes, frágeis, ignorantes, cuidadoras, cujas vidas giram em torno de suas serventias aos homens que, como guardiões da família e da propriedade, devem ser corajosos, racionais, fortes, inteligentes e capazes de exercerem efetivamente a violência.

Importante destacar que mesmo a investigação de Engels afirma que a família patriarcal é anterior ao capitalismo, mas é neste modo de produção que ela se coloca como primordial, pois atrelada à propriedade privada é o que dará possibilidade da contínua exploração do trabalhador.

Existe um elo entre a opressão de gênero, o casamento heterossexual e o capitalismo, pois a família é a responsável pelo ambiente heterossexual que devem se conformar as relações de produção capitalista; casais heterossexuais proletários precisam se reproduzir para continuar a fornecer mão de obra e casais heterossexuais burgueses também, para que

haja a continuidade das riquezas nas mãos de seus descendentes. Nas palavras de Silvia Federici: “a família, tal como a conhecemos no ‘Ocidente’, é uma criação do capital para o capital, como uma instituição que deveria garantir a quantidade e a qualidade da força de trabalho e o seu controle” (Federici, 2019, p. 72).

Mesmo com as novas organizações familiares, o que dá o tom para a “família tradicional” é mais do que uma escolha individual.

A organização da família, como ente, é condicionada pelo desenvolvimento geral da sociedade capitalista, assim por mais que em determinados estágios da apropriação se permita seu alargamento, abarcando identidades e formações distintas; em momentos de crise, ou de reestruturação, o capitalismo reforçará as normas de gênero que conceituam a família nuclear heterossexual e criam a homofobia não como mero comportamento, mas como condição política. E isto em razão da necessidade de sua própria expansão.

De tal modo, fica claro que a emancipação da comunidade LGBTQIA+ não virá pela simples inclusão num sistema opressor e sim com o fim da estrutura social que criou a heterocisnormatividade como identidade dominante.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A questão de identidades e de interseccionalidades foram por muito ignoradas no debate público, pois enquanto a direita não se aprofundava no debate porque não lhe era interessante, boa parte da esquerda liberal o reduzia (e ainda o faz) como “identitarismo” ou como um desvio pequeno burguês, esquecendo que as experiências individuais trazem colaborações que devem ser englobadas na luta anti-opressão vez que a classe trabalhadora possui gênero, sexo, raça e orientação sexual.

E como dentro do capitalismo tudo vira mercadoria, o capital expandiu suas garras a pautas que poderiam lhe ser ameaçadoras, tornando-as simples substratos responsáveis pela sua própria expansão. O *pink-money* surge como um imperativo econômico que, ostentando uma falsa bandeira de igualdade e orgulho, limita tais qualidades aos que podem pagar por seus produtos, desfrutando de um consumo segregacionista e compensatório, que em nada altera as raízes da opressão contra a comunidade.

Ainda que a defesa das identidades minoritárias, com vistas a correções dentro de um horizonte imediato, seja importante, a permanência de luta dentro da lógica da representativa individual é alimentar o próprio sistema, assim como o é o consumo consciente ou que utiliza do *pink-money*, isso porque a lógica fetichista é mantida e conseqüentemente a transformação de coisas em pessoas e vice-versa. E mais, combater a LGBTQIA+fobia como uma defesa genérica da diversidade sexual não toca no ponto central que é a função que a heteronormatividade desempenha no modo de produção capitalista.

Do mesmo modo que a construção de identidade e minoria foi feita pela sociedade, ela também pode destruí-las, só que não através de posições de permanência e expansão do sistema capitalista.

Não se combate capitalismo com *pink*-capitalismo. Somente o rompimento revolucionário com a sociedade de classes e a construção de uma sociedade comunista, onde as relações de produção não girem em torno de coisas e sim ao redor de nós mesmos é que poderemos ser verdadeiramente humanos e, finalmente, livres sexualmente.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Silvio. **Racismo estrutural**. São Paulo: Editora Jandaíra, 2019.

ALTHUSSER, Louis. **Marxismo e Humanismo**. In: *Análise Crítica da Teoria Marxista*. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

ENGELS, Friedrich. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. São Paulo: Boitempo, 2019.

FEDERICI, Silvia. **O ponto zero da revolução: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista**. São Paulo: Elefante, 2019.

FRASER, Nancy. Do neoliberalismo progressista a Trump – e além. **Revista Política & Sociedade**, Florianópolis, v. 17, n. 40, p. 43-64, Set./Dez. 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/politica/article/view/2175-7984.2018v17n40p43/38983>. Acesso em: 10 fev. 2024.

HAIDER, Asad. **Armadilha da Identidade: raça e classe nos dias de hoje**. São Paulo: Veneta, 2019.

HARVEY, David. **O neoliberalismo, história e implicações**. São Paulo: Edições Loyola, 2008.

JUBILUT, Liliana. **Itinerário para a proteção das minorias e dos grupos vulneráveis: os desafios conceituais e de estratégias de abordagem**. In: *Direito à Diferença*. São Paulo: Saraiva, 2013.

MARX, Karl. **O capital: livro I**. São Paulo: Boitempo, 2013.

SCHOLZ, Roswitha. O valor é homem: teses sobre a socialização pelo valor e a relação entre os sexos. **Revista Krisis**, 1992. Disponível em: <http://www.obeco-online.org/rst1.htm>. Acesso em: 2 fev. 2024.

WOLF, Sherry. **Sexualidade e socialismo: história, política e teoria da libertação LGBT**. Belo Horizonte: Autonomia Literária, 2021.

Recebido em: 02/09/2024

Aceito em: 03/10/2024